SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 008/2012 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2012.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto do ano de 2012 (dois mil e doze), às 16h35minh (dezesseis horas e trinta e cinco minutos), na Plenária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro – CAU/RJ, sito a Rua Evaristo da Veiga número 55 – 21° andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, foi realizada a Reunião Plenária Ordinária nº 008/2012 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro – CAU/RJ, com a presença dos Conselheiros Titulares Alexander dos Santos Reis, Andréa Queiroz da Silva Fonseca Rego, Aníbal Sabrosa Gomes da Costa, Carlos Eduardo da Silva Costa, Celso Evaristo da Silva, Clóvis de Magalhães Júnior, Edinaldo José de Souza, Fernando Antônio Sola de Alencar, Gustavo Jucá Ferreira Jorge, Luiz Fernando Donadio Janot, Fred Pereira Souto, Gustavo Jucá Ferreira Jorge, Ilka Beatriz Albuquerque Fernandes, Jânio Quadros Vieira Martins, Laura Jane Lopes Barbosa, Lília Varela Clemente dos Santos, Luiz Felipe Machado Coelho de Souza, Márcio Mendes Pereira, Maurício Monteiro Campbell, Mauri Vieira da Silva, e Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues, e também dos Conselheiros Suplentes Pedro Augusto Lessa, Marcelo Vieira Lima Perret, Fátima Fernandes Gomes, Luiz Damião Teixeira da Silva, e José Adolfo de Souza Bastos. Justificaram ausências nesta Plenária os Conselheiros Titulares Carlos Fernando de Souza Leão Andrade, Dayse Barbosa de Araújo Góis, e os Conselheiros Suplentes, Augusto César de Farias Alves, João Pedro Backheuser, Luiz Fernando de Almeida Freitas, Luiz André de Barros Falcão Vergara e Ronaldo José da Costa. O Conselheiro Adir Gama Ben Kauss encontra-se licenciado. Estiveram ausentes os Conselheiros Titulares, Gustavo Monteiro Manhães Isabel Cristina Eiras de Oliveira, e Nadir Moreira da Silva. Após verificação do quórum legal, o Presidente, Conselheiro Sydnei Menezes apresentou a pauta conforme os itens propostos, em seguida deu prosseguimento ao ponto 2. Aprovação da Ata da Reunião Plenária Ordinária nº 007/2012, realizada em 10 de julho de 2012, após a leitura da referida Ata que foi aprovada pelo Plenário do CAU/RJ, com

as correções solicitadas. Dando prosseguimento a pauta, passando ao ponto 3.1. Comunicados da Presidência, o Presidente Sydnei Menezes, informou sobre a licença da Conselheira e Diretora Dayse Barbosa de Araújo Góis, sobre a vinda dos Candidatos a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, recebendo sugestões de vários Conselheiros, e relatou sobre o Colégio de Presidentes, dando prosseguimento a pauta, o Presidente Sydnei Menezes passou a palavra ao Conselheiro Federal Paulo Oscar Saad. Dando prosseguimento ao ponto 4.1. da pauta, que versa sobre a aprovação da 2ª reformulação orçamentária, o Presidente Sydnei Menezes passou a palavra ao Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues que esclarecesse aos demais conselheiros sobre a necessidade desta reformulação orçamentária, o que foi realizado pelo mesmo. Após o Presidente Sydnei Menezes solicitou ao Contador, e prestador de serviços do CAU/RJ, Sr. Ribamar que prestasse os necessários esclarecimentos aos conselheiros presentes, sobre porque e como foi realizada a 2ª reformulação orçamentária, este passou todas as informações sobre as alterações e adequações recolhimentos custeios, além das novas orientações passadas pelo CAU/BR, com a finalidade de criar uma unanimidade das práticas contábeis, foi solicitado que não se faça a inclusão do valor referente aos 20% - cota parte destinado ao CAU/BR, o que não causou impacto já que somente foi alterada a forma de contabilizar, outra importante orientação, que foi seguida na preparação desta reformulação, relatada pelo contador, foi de que o saldo restante do valor a ser repassado pelo CAU/BR ao CAU/RJ, no valor de R$2.385.000,00, não constasse mais na conta referente a transferências governamentais, já que estes recursos não serão repassados no ano de 2012. Que após os comentários, conforme transcritos abaixo, realizados pelos Conselheiros: Celso Evaristo: - Lembrou que o fundo previsto para a criação dos CAU/UF que não tem recursos próprios, será criado ainda este ano, e que talvez este seja o motivo para o "não repasse" do valor acordado anteriormente pelo CAU/BR. Lembro também que o orçamento sofrerá novos reajustes quando a implantação efetiva da fiscalização, o que demandará uma grande despesa. Fernando Antônio Sola de Alencar: - informou estar manifestando-se como membro da comissão de orçamento, e que sua manifestação será objetiva, direta, e talvez repetitiva com relação a manifestações feitas no passado, - "é de se

considerar que a iniciativa do CAU/BR no sentido de reter recursos oriundos dos CAU/UF com maiores disponibilidade, ou melhor arrecadação, para subsidiar a montagem de CAU/UF em todo o país é uma iniciativa absolutamente correta como tese de propósito e tudo mais, o que é ao meu ver incorreto é uma questão técnica, orçamentária que é considerar este recurso não qualificado como empréstimo, eu acho que este é um erro, um erro técnico, que nós estamos cometendo, não por culpa do nosso contador, mas por culpa da nossa não reflexão sobre esse assunto, eu acho que nós corrigirmos esse erro sem retaliar nada, sem reivindicar efetivamente nenhum imediatismo no retorno deste recurso, nós daríamos uma, digamos, uma sinalização aos nossos colegas responsáveis pelo CAU/BR sobre a responsabilidade em prestar contas desses recursos, mas do que isso da reafirmação do espírito federativo e da responsabilidade de cada unidade federativa, responsabilidade e independência de cada unidade federativa. Então eu me manifestei no âmbito da comissão, e isso ficou combinado e ajustado entre nós que nós levaríamos de uma forma não pontificada, não é intenção nossa levar isso como uma questão política, mas em uma reunião técnica com o Diretor Simon, que é o diretor de orçamento nacional, através da nossa Diretora de Orçamento, a recomendação é que a Dayse ou o Ronaldo levassem isso, eu até me dispus por ser membro da comissão e por estar com o Simon por circunstâncias outras, porque eu voltei a participar do conselho superior do IAB, onde ele vai estar agora no final de agosto, se quiser eu posso tratar do assunto de forma adiantada, mas não tenho prerrogativa pra isso e nem estou requerendo que eu seja o porta voz, muito pelo contrário, prefiro que o porta voz membro da Diretoria, mas acho que a gente deveria dar esse exemplo, Ok, é isso aí, uma lembrança.". Com a palavra a conselheira Ilka Beatriz Albuquerque Fernandes – "Agora quem roubou minhas palavras foi o Fernando, se eu roubei aquela hora..., acho que a sintonia está terrível. Nessa parte orçamentária eu peço até desculpa pelo meu desconhecimento da matéria, mas eu vejo de uma forma, com a fala do Ribamar e com a colocação do Vice Presidente, que essa retenção do dois milhões e pouco, pra ficar pro fundo de sustentação dos CAU/UF menores, como disse o Fernando, a questão é a seguinte: eu até entendo esse fundo de reserva como uma forma de dar sustentabilidade aos CAU/UF que ainda precisam ter a sua implementação, mas eu não

entendo a forma legal de como esse dinheiro não venham para as nossas mãos, de qual é a forma numa dotação ou no orçamento do CAU/RJ que fique esse buraco dos dois milhões, por outro lado se esse dinheiro não vem para as nossas mãos esse ano, ano que vem nós teríamos que dar um percentual. Nós vamos estar isentos do percentual que nós teríamos que dar no ano que vem de contribuição em detrimento dessa retenção antecipada dos valores? e por outro lado, esses dois milhões seriam os 20% que nós teríamos que dar? Ou é a mais? Pois é, então eu digo o seguinte: nós já estamos dando a mais, ano que vem não vamos dar nada? Pra nós pensarmos no que nós vamos ter um valor maior pra fazer frente a fiscalização conforme o Celso colocou, por que aparentemente nós podemos estar em uma situação mais confortável, mas nós também temos um número de profissionais e empresas pra atingirmos muito maior do que em outros Estados, então eu acho que esses fatos tem que ser levados pela situação de ter ficado com essa antecipação tão grande. Eu não sei se me fiz clara. Essa é a minha preocupação.". Pela ordem de inscrição, passo a palavra ao Conselheiro Federal Paulo Oscar Saad, "- Vou começar por essa questões dos recursos do ano passado. Os recursos do ano passado, a Lei diz que eles vão para o CAU/BR, agora isso não quer dizer quo o CAU/BR pode, deve fazer uso desse dinheiro de uma forma arbitrária, é preciso que primeiro o uso desses recursos tenha que ser proporcional a arrecadação dele, entendendo que exista uma lógica entre a arrecadação e a necessidade de serviços, não ter essa proporcionalidade significa você entender que a arrecadação é uma coisa e serviços é outra coisa, então eu acho que é primeiro isso, então não é justificável que não haja essa proporcionalidade, primeira averiguação nossa deve ser se essa proporcionalidade está acontecendo, porque veja, mesmo com o fundo redistributivo a proporcionalidade continua havendo, e todo mundo tem que dar a mesma contribuição, e todo mundo fica com a sua parte restante sempre proporcional, então não pode se julgar que: porque houve a instalação, não se pode imaginar que a instalação seja diferente da manutenção dos serviços ao longo dos outros anos, a instalação também é proporcional. Então esse golpe dos dois milhões e pouco que não foi redistribuído nesse ano, tem que ser analisado. E acho que aí cabe uma análise das contas do CAU/BR e de como é que foram gastos esses recursos, acho que primeiro isso é importante. Por outro lado a

questão do fundo, o que mais preocupa na questão do por vir, dos recursos que vamos conceder nos anos seguintes é também a questão desse CAU mínimo, ou seja, nos estamos financiando o que? Nós vimos lá uma discussão em que a Presidente da Paraíba, muito indignada, dizia que aquilo que teria sido previsto para o CAU mínimo era um determinado valor de pessoal, com tais e quais assessores e etc, com custos de aluguel tal, com custo de equipamento, de custeio tal, era considerado uma coisa ultrajante, que o mínimo pra ela tinha que ser o dobro daquilo, que deveria ter isso, aquilo, e aquilo outro. Só que esse mínimo previsto até agora no fundo de apoio, com empréstimo ou sem empréstimo, viu Fernando, é de 5% dos CAU que vão contribuir, que dizer se isso é ultraje, e o dobro é o necessário, nos vamos que entrar com 10%, quer dizer, então, eu entendo que todos esses princípios são baseados no conhecimento dos dados e no estudos dos dados, proporcionalidade e estabelecimento de critérios mínimos razoáveis para a distribuição desses recursos. Eu acho sim que deveria ser caracterizado, esse fundo, não como uma receita pura e simples direta, obviamente que não, isso é uma contribuição, aí acho que o que tá sendo usado pra tratar os 20% não cabe nesse caso, é preciso que de fato seja caracterizado, contabilizado como contribuição do Rio de Janeiro para o fundo. Outra questão que eu queria dizer é a seguinte, a documentação contábil, ela cumpre as formas legais, tem uma forma que até pode ser entendida por alguns, mas para a maioria não fica muito clara, então o segundo posto que eu estou colocando, é que a gente possa no futuro próximo, o mais próximo possível, transformar esses dados em informações de planejamento, ou seja, no momento em que você distribui os custos por serviço, você não se fica sabendo com muita facilidade dos eventos realizados, então por exemplo, então seria importante, em um determinado momento do nosso exercício de planejamento cotidiano de execução orçamentária, de execução de planejamento, a gente poder saber a fiscalização quanto custa, o atendimento quanto custa, o conjunto de custos por evento. Que com isso nós conselheiros podemos fazer uma avaliação e uma discussão mais apropriada, digamos assim, por tipo de competência ou atribuição que a gente tenha. Fazer uma avaliação do ponto de vista de planejamento, e isso pra nós não é muito difícil, pois somos profissionais dessa área, fazemos isso com relação a obra, nos escritórios de cada um e

tal. Então eu acho que seria bom se a pudesse, então a sugestão que eu faço é que a gente possa, em um momento possível, caminhar para que a gente possa ter esse horizonte mínimo necessário, creio que seria final desse ano. No final de ano acho que seria interessante a gente ter além da planilha orçamentária, uma avaliação de custo por evento, quanto custou a fiscalização, quanto custou cada reunião, plenárias quanto custaram, e etc, obrigado. O Presidente Sydnei Menezes passou a palavra ao Conselheiro inscrito, Maurí Vieira da Silva, - "Eu queria entender uma coisa, a fiscalização ainda não está implantada em nosso CAU, e eu fico até agoniado, por várias pessoas me procuram pra dizer que tá acontecendo uma obra grande, e eu não tenho como mandar telefonar para o CAU, não tem como entendeu? então telefona pro Crea, então como é que a gente fica, o CAU tá deixando de fiscalizar até porque não tá implantado o sistema de fiscalização, não tem ainda meios pra gente dizer pra pessoa lá fora, ou a gente fazer mesmo, olha telefona pra tal telefone pra avisar que tá acontecendo uma obra que não tem profissional. Isso tem muito no Rio de Janeiro, ainda mais nesse período que o Rio de Janeiro inteiro, região metropolitana, região dos lagos tudo que tá por aí. Então eu queria ter uma noção do seguinte: hoje não tem previsão de custo de fiscalização no orçamento, imaginei que tivesse esse dinheiro e que esse dinheiro ficasse reservado, porque na minha cabeça eu já tenho que começar a preparar isso o mais urgente possível ainda esse ano, pra que no ano que vem comesse efetivamente esse tipo de trabalho, e não tem dinheiro pra isso. É isso que eu imagino na minha visão de leigo. Outra coisa que tem me preocupado disso aí, é saber como está, onde est, como está, é onde está os recursos pra nossa execução, organização e preparo de uma futura sede própria, nós temos uma possibilidade de conseguir aquele prédio, isso vai ter custo, além do custo da própria obra, vai ter custo de instalação, de materiais, de equipamentos, de outros dados que venham a surgir de acordo com as necessidades. Queria saber como é que está isso aí e esses recursos, queria aproveitar e pedir ao Presidente que desse alguma informação sobre como é que estão essas conversas com o Patrimônio Público da União, porque a gente tem que procurar acompanha isso o mais próximo pra ver se a coisa sai o mais rápido possível. Pela ordem de inscrição, o contador Ribamar para esclarecimentos com a palavra. –"Anotei alguns detalhes que foram colocados,

primeiro que eu gostaria de esclarecer sobre a questão do empréstimo, que foi erro técnico, que foi colocado pelo Conselheiro Fernando Alencar. Na reunião lá em Curitiba, nós comentamos sobre isso, porque nós não podemos colocar isso como um empréstimo do CAU/BR, lançar isso como passivo lá no passivo pro CAU/BR e um Ativo nosso pra vocês um dia reembolsarem a gente. A resposta veio como o Conselheiro Saad falou, - Não mas esse dinheiro não é de vocês, quando esse dinheiro entrou vocês não existiam. Só para complementar, esse dinheiro pela Lei pertence ao CAU/BR. Essa discussão durou tempos lá, e foi esse o motivo de não nos deixarem colocar esses recursos a título de empréstimo. Acho que seria o certo também". Com a palavra o Conselheiro Fernando Alencar – "Perdão, eu ouvi o Paulo falar, e todos nós temos uma leitura, eu já consultei especialista nisso, porque eu acho que a gente tem uma leitura normal, de boa fé, em relação a essa coisa de que por estar na Lei que os recursos advindos dos Crea regionais, seriam todos eles depositados na conta do CAU/BR, isso é uma coisa, outra coisa é dizer que esse recurso é do CAU/BR. Não, por uma questão operacional, por uma questão de centralidade, e até porque se previu com muita correção que não haveria tempo hábil para que os CAU/UF fossem montados era de bom senso, que o CAU/BR, em nome dos arquitetos, recebesse esses recursos, mas daí a interpretar isso como uma dação, é de uma conveniência particular absoluta, com a qual, eu pelo menos, Conselheiro do Estado do Rio de Janeiro não estou de acordo, e acho isso uma questão técnica, insisto, eu não gostaria de politizar esse assunto, eu não desconfio, eu não discordo, eu não desapoio a direção nacional do CAU, muito pelo contrário, tenho lá grandes amigos e espero morrer tendo eles como amigos, isso não tem nada haver. Esses recursos eram do CREA do Rio de Janeiro, e se nós tivéssemos organizados e prontos, teríamos recebidos os recursos, é uma questão de origem e destino muito simples, e acho que nós deveríamos refletir sobre essa minha consideração, gostaria muito que os colegas refletissem, no sentido de dar a ela uma força, a devida força, pode ser que no futuro nós todos cheguemos a conclusão que o certo mesmo é abrir mão desse recurso, não importa, mas contabilmente esse recurso é um empréstimo, e poderá ser no futuro uma doação, mas ainda não é". Voltando a palavra ao contador Ribamar – "A discussão, só pra encerrar o assunto, o tema foi

bastante discutido nessa reunião, porque a gente entendeu que esse recurso pertencia aos Regionais, só por uma questão de lapso de tempo ele não estava nos cofres dos Regionais, e essa questão Presidente, ficou para ser abordada em uma reunião de Presidentes, e que vocês iriam decidir com relação a isto, sem abrir mão, entretanto, das devidas prestações de contas desses recursos. Isso foi unanime que essa prestação de contas deveria ser não só apresentada, como provada, como já está tendo um esboço dessa prestação de contas. Com relação aos projetos que foram colocados, sobre esse assunto o CAU/BR colocou que vai ser disponibilizada, inclusive no plano de contas, a disponibilização por projetos. Agente não pode confundir orçamento com realizado, hoje nós estamos discutindo orçamento, mas agora no realizado, na hora de gastar a conta a gente vai ter que fazer no plano de ação a previsão desses projetos e os projetos serão contabilizados como se fossem centros de custos na contabilidade, assim vocês poderão saber quanto custará cada projeto, isso deverá estar previsto no plano de ação 2013, e o orçamento adequado a ele. Sobre a questão da sede própria, e as despesas de capital, os recursos que não estão sendo gastos, isso é bom deixar bem claro para os senhores, quando da prestação de contas do CAU/RJ vamos demonstrar o que foi arrecadado, o que foi gasto, e onde está esta diferença, claro que terá uma diferença positiva, essa diferença positiva está no banco aplicada, em uma aplicação sólida para uma sem riscos ao CAU/RJ, esses recursos quando do orçamento para 2013 constará como disponível para utilização. Estão guardados em conta, vocês já tem um dinheiro aplicado, como estamos falando de orçamento, não falamos aqui do que foi gasto e o que foi arrecadado por enquanto, a gente tem os números aqui como eu falei os balancetes já estão fechados até julho, a gente já está com arrecadação entorno de até R$5.300.000,00 até julho, por isso o orçamento já está em R$6.500.000,00, fizemos a segunda reformulação, prevendo chegar a R$6.500.000,00 até o final de dezembro, já arrecadamos R$5.300.000,00 e gastamos em torno de R$1.400.000,00/R$1.500.000,00, então temos uma bela diferença ainda, essa disponibilização vais ficar aí pra isso". Conselheiro Fernando Alencar solicitou mais um aparte, que foi concedido. – "Sobre isso, também a comissão de orçamento, nosso coordenador me permite lembrar aqui, nós também levantamos essa possibilidade seria muito

ruim que ao fim do exercício nós tivéssemos um profícuo pretenso saldo tão expressivo assim com relação a arrecadação, foi nossa sugestão, na comissão, pra que na devida oportunidade isso venha se observar, que esses recursos já tenham destino. Se você os carimba, mesmo que depois, a gente tem autorização para reformular o orçamento, mas eles não podem ficar apenas como restos orçamentários, eles tem entrar, automaticamente, eu acho que isso pode ser uma deliberação, Presidente eu acho que isso poderá ser uma deliberação a ser pensada numa próxima plenária nossa, de que todos eventuais restos oriundos de tais e tais finalidades depois de feito o orçamento para 2013 seriam automaticamente transferidos para conta "investimento", e que a conta "investimento" teria como objetivo: a compra ou ... e assim por diante, de uma forma que a gente sempre estivesse com os recursos aplicados orçamentariamente." Antes de passar a palavra aos Conselheiros inscritos Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues e Edinaldo José de Souza, O Presidente Sydnei Menezes esclareceu que sobre esse aspecto, teria a dizer que: sob o ponto de vista orçamentário, realmente nós ficaremos com um quadro absolutamente positivo, e sob o ponto de vista financeiro também, agora cabe lembrar duas questões que nós temos que levar em consideração, primeira que o Conselheiro Celso lembrou que nós ainda não utilizamos nenhum recurso para a implantação de nossa atividade fim, que é a fiscalização. Vamos fazer a partir de agora, inclusive temos um ponto de pauta, um pouquinho mais adiante que é sobre esse tema. Segundo, o recurso de 2011, ele é um recurso de investimento e não um recurso de custeio, e é um recurso significativo, são quase dois milhões. Então se você considerar o saldo que a gente tá aqui fazendo um exercício que haverá no final do ano é um saldo basicamente com o seu valor comprometido nessa linha do investimento, e aí entra a questão da sede, eu já aproveito para responder o Conselheiro Maurí Vieira da Silva, ontem e Celso entivemos em uma reunião com o Superintendente do INPM, órgão federal de pesquisa mineral, que irá compartilhar conosco o tal prédio da União, da Marechal Floriano, e ele me disse preocupado que não andou nem um milímetro com essa negociação dom a SPU, nós estamos agora provocando uma oficialização das negociações, pois até agora houve uma mera uma troca de correspondências, mas não houve se quer uma minuta de termo de seção, não há nada

formalizado, e nós estamos querendo encaminha isso para a Comissão da Sede Própria para se for o caso, rediscutir a estratégia. Mas é importante afirmar que este recurso está lá reservado e destinado para isso. Claro que nós estamos com absoluta cautela conduzindo todos esses recursos, o que nós temos a oportunidade de evitar gastos nós estamos fazendo, o objetivo esse ano é consolidar o Conselho aqui na capital, claro que nós temos o compromisso político de levar as instalações do Conselho para outras regiões do Estado, vamos ter fazer isso, isso também vai gerar um custo que também tem que estar previsto dentro deste orçamento. Então esse ano é muita cautela no orçamento, gastar o menos possível, a opção dessa sede comprova isso. Precisávamos sair lá daquela situação que nos encontrávamos, e o objetivo está sendo alcançado. Se nós continuarmos nesse ritmo, vamos conseguir fechar o ano com o saldo positivo, mas lembrando da afirmação do Conselheiro Fernando Alencar, o saldo positivo mas já comprometido com a fiscalização, interiorização, e para a sede seja a da Marechal Floriano ou outra que a Comissão decida, e encaminhe a Plenária.". Em prosseguimento, e pedindo brevidade nas colocações, passamos a palavra ao Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues, -"Bem uma coisa que foi levantada e nós temos que pautar ainda para esses dias, que é a Resolução do CAU/BR nº029/2012 sobre o orçamento de 2013, então nós temos que ficar atentos aos nossos e-mails, sobre a nossa programação do nós vamos fazer em 2013, sobre os projetos que nós temos que fazer, já que nós temos só uma plenária até o final do mês de outubro, para organizar, aprovar e entregar no final de outubro a Brasília. Pois a Comissão de Orçamento depende da Avaliação dos Projetos e do Plano de Ação do que nós vamos fazer no ano que vem. A Diretoria está atenta, o Presidente já falou, mas nós temos poucos dias para ver isso. Então devemos ficar atentos a qualquer tipo de manifestação, e organizar grupos técnicos para preparar o que nós vamos fazer. Vamos abrir nossa birosca de fiscalização, entre aspas? Vamos fazer grupos de representação no Estado? Quais são os cursos que nós vamos fazer? O momento é esse de você vender o seu produto, e buscar os interesses do que o Conselho vai produzir em 2013. "Eu acho que nós temos entre agosto e setembro para definirmos o que vamos fazer ano que vem.". Passada a palavra ao Conselheiro Edinaldo José de Souza, -"Fernando, esse argumento do CAU/BR, nada mas é do que um

autêntico "me engana que eu gosto", que o dinheiro é deles e não é empréstimo. É só isso. Agora a questão é a seguinte: um assunto que foi discutido lá em Curitiba gostaria de sugerir que isso fosse discutido pelo Colégio dos CAU/UF, de Presidentes no caso, eu sugiro que o Rio de Janeiro leve essa proposta falada pelo Fernando Alencar na Comissão, que isso seja um empréstimo e que esse dinheiro pertence aos CAU/UF. Sugiro que nós levamos essa sugestão lá pro fórum. Danilo, já adiantando essa questão do orçamento de 2013, você falou na nossa reunião, que parece que em setembro tinha que mandar orçamento 2013 para o CAU/BR, ah é em outubro, então dá tempo de fazer uma coisa antecipada para mandarmos a todos os Conselheiros, para não repetirmos o que acontecia lá no CREA, que tudo mera feito em cima da hora.". O Presidente confirmou não haver mais nenhuma inscrição de Conselheiros e pôs em votação a aprovação da proposta orçamentária apresentada, que foi aprovada por unanimidade pela Plenária do CAU/RJ. Passando ao ponto 4.2. que versa sobre a criação de grupo de trabalho para avaliar a questão da Reserva Técnica dos arquitetos e urbanistas, o Presidente Sydnei Menezes passou a palavra ao Conselheiro Fernando Alencar que após esclarecimentos a preparar, junto a Conselheira Laura Jane, material a ser apresentado futuramente em Reunião Plenária. Passando ao ponto 4.3. que versa sobre Ausências de Conselheiros em Plenárias e Reuniões de Comissões, o Presidente Sydnei Menezes relatou sobre os casos ocorridos, solicitou que excepcionalmente nestes casos, por ser o primeiro ano de existência do CAU/RJ, quando alguns Conselheiros ainda estão tentando se adaptar às novas situações e compromissos com este Conselho, que os Conselheiros analisassem a situação, justificada intempestivamente, e sobre a possibilidade de encaminhar a Comissão do Regimento Interno a solicitação de inclusão, no capítulo 8 (oito) que trata das disposições transitórias, que essa excepcionalidade somente será permitida no primeiro ano de existência do Conselho, se assim for decidido pela. Foi pedida a palavra pelo Conselheiro Fernando Alencar, que por não concordar com o Presidente Sydnei Menezes propôs que somente este caso seja tratado como excepcionalidade e que não haja alteração no Regimento Interno. Foi ouvida a opinião de vários Conselheiros. O Presidente Sydnei Menezes, acatando a proposta do Conselheiro Fernando Alencar, desmembrou a questão e

colocou em votação como duas questões separadas. A primeira é a de acatar a justificativa, mesmo que intempestivamente do Conselheiro, o que foi aprovado pela maioria dos Conselheiros. Em seguida, foi colocada em votação a proposta de encaminhamento de solicitação de alteração do Regimento Interno, incluindo a excepcionalidade, caso ocorra, somente no primeiro ano de mandato, teve como resultado da votação: 7 (sete) votos a favor, 5 (cinco) contra e 5 (cinco) abstenções. Aprovada assim o encaminhamento da inclusão, quando da revisão do Regimento Interno, no capítulo 8 (oito) que trata das disposições transitórias, que essa excepcionalidade somente será permitida no primeiro ano de existência do Conselho. Dando prosseguimento à pauta, e motivado pela diminuição da quantidade de Conselheiros presentes, dada a emergencialidade do assunto, o Presidente Sydnei Menezes colocou a questão 4.6. da pauta pela necessidade de decisão dos Conselheiros em decidir sobre o núcleo de Fiscalização, propôs a criação de uma Comissão para tratar da elaboração e implantação das ações operacionais de fiscalização, foi aprovado por unanimidade à criação do Núcleo de Fiscalização composto pelo Conselheiros Luiz Damião, como coordenador, pelo Conselheiro Jânio Quadro, e mantendo aberto a possibilidade de inclusões de novos membros. Logo após o Presidente Sydnei Menezes, agradeceu a presença de todos e declarou, assim, encerrada a Reunião Plenária Ordinária nº 008/2012 do CAU/RJ. Para constar, eu, Tania Maria Castro de Noronha, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente em exercício do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 14 (quatorze) de agosto de 2012 (dois mil e doze). Tania Maria Castro de Noronha – Secretária, e Arquiteto Urbanista Sydnei Menezes – Presidente do CAU/RJ.

Secretário _____

Presidente _____